

262 Texto dúbio

provoca briga

O caso do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) provocou uma briga interna na CPI do Orçamento. O motivo foi o fato de o nome dele aparecer no relatório final com duas indicações à Mesa da Câmara: abertura de processo para cassação de mandato e prosseguimento à apuração de eventual responsabilidade. “Foram tão inábeis para fazer esse acordo que deixaram todo um texto que incrimina o deputado”, reclamava ontem o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), o mesmo que na noite de quarta-feira deixou Prodases eufórico com o resultado da CPI e a inclusão de Aleluia na lista de cassações.

Todo o texto do volume IV do relatório, página 91, diz que “observando-se os documentos apreendidos, pode constatar-se o modo pelo qual a construtora Norberto Odebrecht se relacionava como o aludido parlamentar”. Mais na frente, diz que “o nome de Aleluia aparece várias vezes, inclusive relacionado a emendas de outros parlamentares, o que só faz sentido se entendermos que ele seria o responsável pelo acompanhamento e defesa do rol e interesses da empreiteira”.

O relatório final da CPI diz ainda, ao se referir a análise dos documentos da Subcomissão de Patrimônio que, em relação ao fisco, Aleluia teve comportamento incompatível com o decoro parlamentar. Depois, surge mais um parágrafo que recomenda a sua cassação. Para, no parágrafo seguinte, recomendar a remessa da documentação à Mesa da Câmara, para que, “ao seu critério”, decida sobre o prosseguimento das apurações.